

## SENADO FEDERAL

### **CPI DO BNDES**

## PAUTA DA 9ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

## 25/10/2017 QUARTA-FEIRA às 14 horas e 30 minutos

**Presidente: Senador Davi Alcolumbre** 

Vice-Presidente: Senador Sérgio Petecão



### **CPI do BNDES**

9ª REUNIÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 25/10/2017.

# 9ª REUNIÃO

# Quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos

# **SUMÁRIO**

### 1ª PARTE - OITIVA

FINALIDADE	PÁGINA
Oitiva com base no Requerimento 9/2017-CPIBNDES	8

ITEM	REQUERIMENTO	AUTOR(A)	PÁGINA
1	25/2017	Senador Roberto Rocha	9
2	26/2017	Senador Lasier Martins	12
3	27/2017	Senador Lasier Martins	15
4	28/2017	Senador Lasier Martins	18

5	29/2017	Senador Lasier Martins	20
6	30/2017	Senador Lasier Martins	22
7	31/2017	Senador Lasier Martins	24

#### **CPI DO BNDES - CPIBNDES**

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão

(13 titulares e 8 suplentes)

**TITULARES** SUPLENTES

**PMDB** 

1 Zeze Perrella(3)(6) Airton Sandoval(3) SP MG (61) 3303-2191 RR (61) 3303-2112 / Elmano Férrer(3) PI (61) 3303-2 Romero Jucá(3) 1015/1115/1215/2 3303-2115

415/3055/3056/48

47

MA (061) 3303-6352 / João Alberto Souza(3)

6349

Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)

Ronaldo Caiado(DEM) GO (61) 3303-6439 e 1 VAGO(5)

6440

MA (61) 3303-Roberto Rocha(PSDB)(8)(13) 2 VAGO

1437/1435/1501/1 503/1506 a 1508

Davi Alcolumbre(DEM)(1)(5) AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)

Ivo Cassol(PP) RO (61) 3303.6328 / 1 Lasier Martins(PSD)(9) RS (61) 3303-2323

6329

Sérgio Petecão(PSD) AC (61) 3303-6706 a 6713

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

Jorge Viana(PT)(4)(11) AC (61) 3303-6366 e 1 Paulo Rocha(PT)(4) PA (61) 3303-3800

3303-6367 Lindbergh Farias(PT)(4) RJ (61) 3303-6427

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)

VAGO(13) 1 Vanessa Grazziotin(PCdoB) AM (61) 3303-6726

Randolfe Rodrigues(REDE) AP (61) 3303-6568

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)

Pedro Chaves(PSC) MS PE (61) 3303 6124 e 1 Armando Monteiro(PTB)(7)(10)

3303 6125

- (1) Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
- (2)Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Peteção e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e
- Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e (3)Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
- Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD) (4)
- Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (5) (Of. 27/2017-GLDEM).
- Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB) (6)
- Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of.
- Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB). (8)
- Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
- Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para (10)compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
- Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência (11)Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (12)
- Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco (13)Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:

SECRETÁRIO(A): DONALDO PORTELA / LEANDRO BUENO TELEFONE-SÈCRETARIA: 3303-3511

FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: E-MAIL: coceti@senado.gov.br



# **SENADO FEDERAL**SECRETARIA-GERAL DA MESA

# 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

Em 25 de outubro de 2017 (quarta-feira) às 14h30

## **PAUTA**

9ª Reunião

### **CPI DO BNDES - CPIBNDES**

1ª PARTE	Oitiva	
2ª PARTE Deliberativa		
Local Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7		

### Retificações:

- 1. Inserção de requerimento a deliberar. (23/10/2017 18:29)
- 2. Inserção de requerimentos do Sen. Lasier Martins. (24/10/2017 18:04)

### 1ª PARTE

### **Oitiva**

#### Assunto / Finalidade:

Oitiva com base no Requerimento 9/2017-CPIBNDES

### Convidado/Convocado:

- Luciano Galvão Coutinho

Requerimento: 9/2017 (Convocação)

### 2ª PARTE

### **PAUTA**

### ITEM 1

### REQUERIMENTO N° 25, de 2017

Requer a realização de reunião conjunta da CPI do BNDES e da CPMI-JBS para a tomada do depoimento dos Srs. Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista.

**Assunto:** Outros

Autoria: Senador Roberto Rocha

### ITEM 2

### REQUERIMENTO Nº 26, de 2017

Requer a transferência de sigilo de todas as operações do BNDES referentes à construção do Aqueduto do Chaco, na Argentina, obra liderada pela Construtora OAS.

Assunto: Informações

Autoria: Senador Lasier Martins

### ITEM 3

### REQUERIMENTO Nº 27, de 2017

Requer a transferência de sigilo das operações do BNDES referentes à construção da segunda ponte sobre o Rio Orinoco, na Venezuela, pela Odebrecht.

Assunto: Informações

Autoria: Senador Lasier Martins

### ITEM 4

### REQUERIMENTO Nº 28, de 2017

Requer a transferência de sigilo das operações do BNDES referentes à construção da Hidrelétrica de Chaglla, na Venezuela, pela Odebrecht.

Assunto: Informações

Autoria: Senador Lasier Martins

### ITEM 5

### REQUERIMENTO Nº 29, de 2017

Requer a transferência de sigilo das operações do BNDES referentes à construção da Barragem de Moamba Major, na Província de Caputo, em Moçambique, pela Andrade-Gutierrez.

Assunto: Informações

Autoria: Senador Lasier Martins

#### ITEM 6

### REQUERIMENTO Nº 30. de 2017

Requer a transferência de sigilo de todas as operações do BNDES referentes à construção da Hidrelétrica de San Francisco, no Equador, pela Odebrecht.

Assunto: Informações

Autoria: Senador Lasier Martins

### ITEM 7

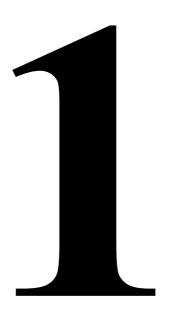
### REQUERIMENTO Nº 31, de 2017

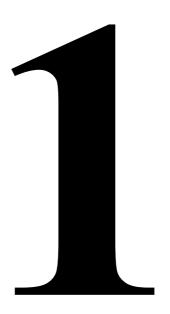
Requer a transferência de sigilo de todas as operações do BNDES referentes à construção do Aeroporto de Nacala, em Moçambique, pela Odebrecht.

Assunto: Informações

Autoria: Senador Lasier Martins

## 1a PARTE - OITIVA





## **CPIBNDES 00025/2017**

1

# CPI do BNDES $\label{eq:cpi} REQUERIMENTO \, N^{\circ} \qquad \mbox{, 2017}$

Requer a realização de reunião conjunta das CPI do BNDES e CPMI – JBS, para tomar os depoimentos dos Senhores Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista, em data a ser oportunamente agendada.

### Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2°, inciso V, da Constituição Federal de 1988, combinado com os arts. 113 e 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião conjunta, das CPI do BNDES e CPMI – JBS, com a finalidade específica de tomar os depoimentos dos Senhores Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista, convocados, respectivamente, pelas Comissões que se requer tenham reunião conjunta, em data a ser oportunamente agendada.

2

**JUSTIFICAÇÃO** 

Os depoimentos dos Senhores Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista é de interesse comum de ambas as Comissões de Inquérito, uma vez que foram beneficiários de empréstimos concedidos pelo BNDES, em favor do grupo de empresas J&F.

O depoimento conjunto não compromete em nada os trabalhos de ambas as Comissões. Ao contrário, trará benefícios para esclarecer questões referentes aos negócios havidos entre o BNDES e o grupo J&F, além de proporcionar grande economia processual e também de recursos financeiros, materiais e de pessoal.

Em face do acima exposto, reputo conveniente submeter a Vossas Excelência o presente Requerimento

Sala da Comissão,

Senador ROBERTO ROCHA





#### CPIBNDES 00026/2017

## SENADO FEDERAL Gabinete do Senador Lasier Martins

### REQUERIMENTO N° - CPIBNDES

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal; do art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952; e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a transferência para esta CPI do sigilo de todas operações referente à construção do Aqueduto do Chaco, na Argentina, obra liderada pela Construtora OAS.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES foi instituída para investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de internacionalização das empresas nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997, conforme Requerimento n.º 375, de 2017.

O programa de internacionalização das empresas nacionais envolve, também, o investimento direto no exterior, seja para a instalação de representações comerciais, seja para a implantação de unidades produtivas. Em meados de 2002, a diretoria do BNDES aprovou diretrizes para o financiamento aos investimentos de empresas brasileiras no exterior.

Veja que tal estratégia de apoiar projetos de empreiteiras no exterior não tem se demonstrado um bom negócio para o nosso País. Em dezembro de 2016, o governo da Província de Chaco formalizou a desistência do pedido de prorrogação do prazo para utilização do crédito contratado junto ao BNDES, que vencera em junho de 2016. Todavia, o BNDES continuará a receber os pagamentos referente à parcela já desembolsada, que corresponde a 70% do financiamento de US\$ 165 milhões, conforme notícia veiculada no sítio da própria instituição¹.

Diante das inúmeras denúncias de corrupção envolvendo financiamento por parte do BNDES a empresas doadoras de campanhas eleitorais imperioso averiguar especificamente sobre a construção do Aqueduto do Chaco, na Argentina.

 $<sup>^{1}\,\</sup>underline{\text{https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-nao-financiara-aqueduto-na-argentina}.$ 



Causa estranheza a contradição oriunda da informação de que o BNDES não financia aqueduto na Argentina, mas tem pagamentos a receber de parcelas já desembolsadas, não sendo possível resgatar quaisquer dados no site.

Assim, requer a transferência de sigilo de todas operações do BNDES à Construtora OAS, especificamente para a construção do Aqueduto do Chaco, na Argentina, pelo valor total divulgado de US\$ 180 milhões.

Sala da Comissão,





### CPIBNDES 00027/2017

## SENADO FEDERAL Gabinete do Senador Lasier Martins

### REQUERIMENTO N° - CPIBNDES

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3°, da Constituição Federal; do art. 2° da Lei 1.579, de 18 de março de 1952; e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a transferência para esta CPI do sigilo das operações referentes à construção da Segunda Ponte sobre o Rio Orinoco, na Venezuela, pela Odebrecht.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES foi instituída para investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de internacionalização das empresas nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997, conforme Requerimento n.º 375, de 2017.

O programa de internacionalização das empresas nacionais envolve, também, o investimento direto no exterior, seja para a instalação de representações comerciais, seja para a implantação de unidades produtivas. Em meados de 2002, a diretoria do BNDES aprovou diretrizes para o financiamento aos investimentos de empresas brasileiras no exterior.

Todavia, tal estratégia de apoiar projetos de empreiteiras no exterior não tem se demonstrado um bom negócio para o nosso País, o Governo Brasileiro está preocupado em razão da Venezuela ter deixado de pagar uma parcela de US\$ 262 milhões (cerca de R\$ 820 milhões) a fornecedores brasileiros no início deste mês de setembro, pelo que tentará reaver o dinheiro e evitar novos calotes, com o envio de emissários técnicos para negociar. A situação pode piorar, na medida que a Venezuela deve cerca de US\$ 5 bilhões (R\$ 15 bilhões) a fornecedores brasileiros, e a maior parte dessa dívida é de obras feitas pelas construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa, todas com financiamento do BNDES.

Diante das inúmeras denúncias de corrupção envolvendo financiamento por parte do BNDES a empresas doadoras de campanhas eleitorais e os dados divulgados pelo Tribunal de Contas da União de que a empreiteira Odebrecht recebeu 81,8% de todos os empréstimos feitos pelo BNDES para obras no exterior nos últimos dez anos, imperioso averiguar



## SENADO FEDERAL Gabinete do Senador Lasier Martins

especificamente sobre a construção da Segunda Ponte sobre o Rio Orinoco, em razão de contradição que demanda esclarecimento.

De um lado, inexistem informações sobre tal projeto perante a transparência no site do BNDES, corroborada pelo fato da assessoria de comunicação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em nota ao Estadão, em 23 de julho de 2015, afirmar que a obra da ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela, não contou com financiamento da instituição¹.

Todavia, há telegrama da diplomacia americana, que monitorou os negócios da empreiteira Odebrecht no exterior, enviado em 07 de dezembro de 2006 ao Departamento de Estado norte-americano, que afirmara que "a ponte foi construída pela empresa de construção brasileira Odebrecht e financiada pelo banco de desenvolvimento do Brasil, BNDES"<sup>2</sup>.

Ademais, o próprio discurso do então Presidente Lula, na inauguração da ponte, em 13 de novembro de 2006, foi categórico ao afirmar que lá estava para inaugurar "uma obra que foi financiada pelo BNDES, motivo de orgulho para todos os povos da América do Sul"<sup>3</sup>.

Assim, requer a transferência de sigilo das operações do BNDES à Odebrecht, especificamente para o projeto da construção da Segunda Ponte sobre o Rio Orinoco, na Venezuela, pelo valor divulgado de US\$ 300 milhões.

Sala da Comissão,

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-diz-que-nao-financiou-obra-na-venezuela-imp-,1730311.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-diz-que-nao-financiou-obra-na-venezuela-imp-,1730311.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1348514-5602,00-LULA+E+CHAVEZ+INAUGURAM+A+PONTE+SOBRE+O+RIO+ORINOCO.html.





## **CPIBNDES** 00028/2017

## SENADO FEDERAL Gabinete do Senador Lasier Martins

### REQUERIMENTO N° - CPIBNDES

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal; do art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952; e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a transferência para esta CPI do sigilo de todas operações referente à construção da Hidrelétrica de Chaglla, no Peru, pela Construtora Odebrecht.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES foi instituída para investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de internacionalização das empresas nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997, conforme Requerimento n.º 375, de 2017.

O programa de internacionalização das empresas nacionais envolve, também, o investimento direto no exterior, seja para a instalação de representações comerciais, seja para a implantação de unidades produtivas. Em meados de 2002, a diretoria do BNDES aprovou diretrizes para o financiamento aos investimentos de empresas brasileiras no exterior.

Diante das inúmeras denúncias de corrupção envolvendo financiamento por parte do BNDES a empresas doadoras de campanhas eleitorais, os dados divulgados pelo Tribunal de Contas da União de que a empreiteira Odebrecht recebeu 81,8% de todos os empréstimos feitos pelo BNDES para obras no exterior nos últimos dez anos, é que se requer a transferência de sigilo de todas operações do BNDES à Construtora Odebrecht, especificamente para a construção da Hidrelétrica de Chaglla, no Peru, no valor de US\$ 320 milhões.

Sala da Comissão,





## **CPIBNDES** 00029/2017

## SENADO FEDERAL Gabinete do Senador Lasier Martins

### REQUERIMENTO N° - CPIBNDES

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal; do art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952; e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a transferência para esta CPI do sigilo de todas operações referente à construção da Barragem de Moamba Major, na Província de Maputo, em Moçambique, pela Construtora Andrade-Gutierrez.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES foi instituída para investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de internacionalização das empresas nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997, conforme Requerimento n.º 375, de 2017.

O programa de internacionalização das empresas nacionais envolve, também, o investimento direto no exterior, seja para a instalação de representações comerciais, seja para a implantação de unidades produtivas. Em meados de 2002, a diretoria do BNDES aprovou diretrizes para o financiamento aos investimentos de empresas brasileiras no exterior.

Diante das inúmeras denúncias de corrupção envolvendo financiamento por parte do BNDES a empresas doadoras de campanhas eleitorais e a construção da Barragem de Moamba Major ser objeto de investigação dentro da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, é que se requer a transferência de sigilo de todas operações do BNDES à Construtora Andrade Gutierrez, especificamente para a construção da Barragem de Moamba Major, na Província de Maputo, em Moçambique, no valor de US\$ 350 milhões.

Sala da Comissão,





## **CPIBNDES** 00030/2017

## SENADO FEDERAL Gabinete do Senador Lasier Martins

### REQUERIMENTO N° - CPIBNDES

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal; do art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952; e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a transferência para esta CPI do sigilo de todas operações referente à construção da Hidrelétrica de San Francisco, no Equador, pela Construtora Odebrecht.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES foi instituída para investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de internacionalização das empresas nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997, conforme Requerimento n.º 375, de 2017.

O programa de internacionalização das empresas nacionais envolve, também, o investimento direto no exterior, seja para a instalação de representações comerciais, seja para a implantação de unidades produtivas. Em meados de 2002, a diretoria do BNDES aprovou diretrizes para o financiamento aos investimentos de empresas brasileiras no exterior.

Diante das inúmeras denúncias de corrupção envolvendo financiamento por parte do BNDES a empresas doadoras de campanhas eleitorais, os dados divulgados pelo Tribunal de Contas da União de que a empreiteira Odebrecht recebeu 81,8% de todos os empréstimos feitos pelo BNDES para obras no exterior nos últimos dez anos, imperioso averiguar especificamente é que se requer a transferência de sigilo de todas operações do BNDES à Construtora Odebrecht, especificamente quanto ao aporte de US\$ 241 milhões do BNDES à Hidrelétrica de San Francisco, na região central do Equador.

Sala da Comissão,





## **CPIBNDES** 00031/2017

## SENADO FEDERAL Gabinete do Senador Lasier Martins

### REQUERIMENTO N° - CPIBNDES

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal; do art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952; e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a transferência para esta CPI do sigilo de todas operações referente à construção da Aeroporto de Nacala, em Moçambique, pela Construtora Odebrecht.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES foi instituída para investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de internacionalização das empresas nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997, conforme Requerimento n.º 375, de 2017.

O programa de internacionalização das empresas nacionais envolve, também, o investimento direto no exterior, seja para a instalação de representações comerciais, seja para a implantação de unidades produtivas. Em meados de 2002, a diretoria do BNDES aprovou diretrizes para o financiamento aos investimentos de empresas brasileiras no exterior.

Todavia, tal estratégia de apoiar projetos de empreiteiras no exterior não tem se demonstrado um bom negócio para o nosso País. O governo de Moçambique não pagou duas parcelas do financiamento que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) deu para construção do aeroporto de Nacala, obra concluída pela Odebrecht em 2014. O prejuízo está em pouco mais de US\$ 15 milhões, mas pode aumentar. O total do empréstimo concedido é de US\$ 125 milhões.

Diante das inúmeras denúncias de corrupção envolvendo financiamento por parte do BNDES a empresas doadoras de campanhas eleitorais e os dados divulgados pelo Tribunal de Contas da União de que a empreiteira Odebrecht recebeu 81,8% de todos os empréstimos feitos pelo BNDES para obras no exterior nos últimos dez anos, imperioso averiguar especificamente sobre a construção do Aeroporto Internacional de Nacala, em Moçambique.



Assim, requer a transferência de sigilo de todas operações do BNDES à Odebrecht, especificamente para a construção do Aeroporto de Nacala, em Moçambique, pelo valor total divulgado de US\$ 125 milhões.

Sala da Comissão,